

URV, a sigla que mudou a vida do país, faz cinco anos

Em março de 94, Fernando Henrique, então o ministro da Fazenda, lançava as bases do real

Roberto Machado

• Há exatos cinco anos, o Brasil passou pelo mais complexo processo de desindexação que uma economia já viveu. O país patinava há duas décadas com inflação alta, crônica e inercial. Sucessivos governos formularam, sem sucesso, planos para combatê-la. No final do Governo Itamar Franco, com a nomeação do então senador Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, decidiu-se adotar, na prática, algumas idéias defendidas no meio acadêmico por economistas ligados à PUC do Rio — nomes como Pêrsio Arida, André Lara Resende e Francisco Lopes.

Brasileiro conviveu com duas moedas durante cinco meses

Na primeira semana de março de 94, o Governo baixou uma medida provisória criando a Unidade Real de Valor (URV) — um indexador que substituiria os demais índices de inflação usados pela sociedade. A sigla acabou mudando a vida dos brasileiros.

Calculado diariamente pelo Banco Central, a URV era um índice que acompanhava a variação do dólar. Num primeiro momento, foi indexador obrigatório para tarifas públicas e salários. Comércio, indústria e serviços ficaram livres para acompanhá-la.

A URV foi planejada para ter vida curta. Durou cinco meses. Em

agosto de 94, o Governo fez uma reforma monetária, criando o real, a moeda que substituiu a URV. Nesse período, na prática, o brasileiro conviveu com duas moedas: o cruzeiro real, corroído pela inflação, e a URV, que acompanhava a variação de preços.

Não foi tarefa fácil: as pessoas passaram a levar máquinas calculadoras para todos os cantos e efetuavam contas de multiplicar numa simples compra na mercearia. Nada que o brasileiro, já acostumado a planos econômicos, não pudesse realizar.

No início da URV, o Governo sofreu forte oposição de aliados, empresários e sindicalistas. Jair Meneguelli, então presidente da CUT, afirmou que a URV tirava dinheiro dos trabalhadores. Luiz Antônio Medeiros, da Força Sindical, reuniu cerca de 150 mil pessoas numa manifestação contra a sigla.

Mesmo alguns ministros do Governo Itamar ficaram descontentes. Walter Barelli, que ocupava a pasta do Trabalho, exigia salário mínimo de US\$ 100. Murílio Hingel (Educação) e Henrique Santillo (Saúde) resistiam ao Fundo Social de Emergência, que possibilitou, na época, a melhoria das contas fiscais. O deputado paulista Delfim Netto, mesmo classificando de magistral a concepção da URV, dizia que a estratégia teria vida curta. Hoje, cinco anos depois, a pequena sigla já fez história. ■